

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019 - FAPDF EDUCAÇÃO INOVADORA

ANEXO II - CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DO EDITAL

1. SOBRE A FAPDF

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF foi criada pela Lei nº 347, de 04 de novembro de 1992, e tem como missão estimular, apoiar e promover ações de Ciência, Tecnologia e de Inovação para induzir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de Brasília e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Por meio de ações de fomento, a FAPDF busca transformar a ciência, tecnologia e inovação em mecanismos propulsores do desenvolvimento da região associada à preocupação dos macroproblemas do DF e RIDE, como as ações voltadas para a melhoria da educação e da qualidade da escola pública.

Importa salientar, ainda, que a FAPDF, em seu planejamento estratégico, com vigência no período de 2019-2023, possui entre suas metas estratégicas a instalação de universidade distrital, a qual atuará como plataforma de atração de investimentos no Parque Tecnológico de Brasília e levar o DF a obter pontuação equivalente à quinta melhor pontuação global no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), em matemática e ciências, até 2030 (em 2015, o DF ficou em 47º em ciências e 56º em matemática).

2. SOBRE A SEE/DF

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, regida pelo Decreto nº 37.140, de 29 de fevereiro de 2016, alterado pelo Decreto nº 39.773, de 12 de abril de 2019, tem como missão proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.

Além disso, a SEEDF busca transformar as realidades do ensino e da aprendizagem escolares para o século XXI, a fim de que cada unidade escolar possa preparar criticamente seus estudantes para lidar com as mudanças no contexto socioeconômico atual, bem como conectá-los com o conhecimento, com as diferentes formas de produzi-lo e veiculá-lo, com as tecnologias disponíveis e as necessidades e anseios humanos, de maneira a antecipar realidades sonhadas.

3. SOBRE A FUNAB

A FUNAB foi criada como instituição mantenedora da educação superior do Distrito Federal, por meio da Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, o que indicou claramente a intenção proativa do Governo do Distrito Federal, amparado na legislação vigente, de fazer cumprir o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 13.005/2014) e o Plano Distrital de Educação do Distrito Federal - PDE (Lei nº 5.499/2015), que estabelece metas ao ensino superior, além de atribuir a responsabilidade dos governos federal e estaduais a este nível de ensino.

Na perspectiva distrital, o PDE aponta em sua meta 12, a intenção de democratizar o acesso à educação superior pela elevação da taxa bruta de matrícula na oferta pública para 65%. ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência do PDE.

4. SOBRE O EDITAL

Num cenário de grandes descobertas sobre como os homens se desenvolvem e aprendem, em que crianças e jovens apresentam características inusitadas para os adultos responsáveis por educá-los e no qual as novas tecnologias transformam aceleradamente a produção e veiculação do conhecimento, de bens e serviços, afetando os postos de trabalho e as relações em distintas instâncias, subsiste, no Brasil, de maneira geral, uma educação orientada por concepções e práticas obsoletas.

As escolas guardam práticas, organização, processos e instrumentos de quando surgiram, no século XII, e, marcadamente, da lógica da primeira revolução industrial e do iluminismo, sua mecânica fabril e o pressuposto da possibilidade de conhecimento da realidade em si, decorrente do método científico cartesiano. Desde então, têm se constituído como instituições burocráticas, prevalecendo nelas estruturas e relações segmentadas e hierarquizadas.

Nesse ínterim, e até hoje, as escolas, de maneira geral, mantiveram o foco em tornar pessoas capazes de recitar conceitos e definições, ou, quando muito, de aplicarem conhecimentos em simulacros de situações reais em testes, para alcançar boas notas, maiores níveis de escolarização, e, supostamente, melhores oportunidades de trabalho. Dessa maneira, citações, exercícios, notas e níveis mais altos de estudo e de posicionamento no mundo do trabalho tornaram-se fins em si mesmos.

No sentido inverso, o público das escolas, os nativos digitais, constitui-se de indivíduos multitarefa, aficionados por tecnologia, influenciadores, propensos ao gosto pela novidade e

com grandes dificuldades em manter a atenção; veem os estudos e o trabalho de forma divergente e buscam maneiras de misturá-los com lazer, rejeitando padrões e rotinas.

O resultado do descompasso entre as escolas e os modelos de homem e sociedade contemporâneos transparece nos reiterados insucessos da educação formal, observáveis nos relatos sobre o cotidiano enfadonho das aulas, ao que se pode atribuir, em parte, o desinteresse dos alunos pelos estudos, e, por consequência, os baixos desempenhos acadêmicos, os altos índices de repetência, evasão e abandono escolar.

A educação no Distrito Federal, assim como o restante do Brasil, reflete esse cenário. No ano de 2017, o Distrito Federal ficou abaixo das metas projetadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais (6º ao 9º) e do ensino médio, somente alcançando a meta dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), conforme quadro abaixo:

Ano/IDEB	Anos Iniciais (meta)	Anos Iniciais (resultado)	Anos Finais (meta)	Anos Finais (resultado)
2013	5.5	5.6	4.1	3.8
2015	5.8	5.6	4.5	4.0
2017	6.0	6.0	4.8	4.3
2019	6.3	---	5.0	---
2021	6.5	---	5.3	---

Fonte: INEP - IDEB, disponível em: <http://www.inep.gov.br>

As metas estabelecidas para o IDEB referem-se à elevação e ao alcance do nível de qualidade educacional médio dos países membros da OCDE observado atualmente, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação).

Destaca-se ainda, que o desempenho dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) está abaixo da média dos países da OCDE. Na última avaliação, a de 2015, dentre os 73 países e territórios participantes, o Brasil passou a ocupar as 66ª, 63ª e 59ª posições, respectivamente, em matemática, ciências e leitura. Tais dados sinalizam para a necessidade de aumento nos investimentos em educação, convertendo-os em melhores resultados na aprendizagem dos estudantes.

No sentido de superar tal cenário e a dicotomia entre o modelo educacional newtoniano e cartesiano de que dispomos e o fenômeno da complexidade na constituição da sociedade, do conhecimento, dos sujeitos e das relações entre eles, há que se cuidar para que

a escola aprenda das suas próprias realidades, antecipando as que emergem, para que seja reinventada a partir de uma abordagem sistêmica e transdisciplinar.

Com vistas a atender à realidade presente e ao futuro que emerge, o Governo do Distrito Federal, em seu Plano Estratégico prevê, no eixo da Educação, que

O fortalecimento do ensino no Distrito Federal deve considerar a consolidação do conjunto de aprendizagens essenciais para a formação do estudante e a ampliação das alternativas de plataformas de aprendizagem com a modernização da rede. Os ambientes educacionais devem ser adequados e proporcionar excelentes experiências aos profissionais da educação e novas oportunidades aos estudantes, como a educação em tempo integral a inovação pedagógica no ensino, garantindo modernização e adequação às realidades individuais dos estudantes. (p.87)

Conforme lembra a Agenda Digital e Registro Narrativo da Conferência GovTech (2018)¹:

É necessário trabalhar com outro modelo [educacional], voltado para habilidades do século XXI, como criatividade, resolução de problemas, pensamento crítico. Quem não tiver essas habilidades viverá entre subempregos porque serão posições de trabalho continuamente substituídas pelas máquinas. (p. 41)

Segundo o mesmo documento, a educação precisa inovar, tendo nas tecnologias digitais e virtuais um meio e um fim das aprendizagens, gerando inclusão e participação, permitindo que a quarta revolução industrial em que vivemos seja uma oportunidades para todos (p. 6; 11-12).

Nesse intuito, as tecnologias digitais e virtuais podem cumprir importante papel na constituição de um paradigma educacional inovador. Por exemplo, a presença de espaços *maker*, de dispositivos eletrônicos, de aplicativos de gamificação e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) possibilitam mudanças nos tempos e espaços de aprendizagem que viabilizam a personalização de currículos, aprendizagens baseadas em projetos, celeridade, autonomia e prazer nos estudos. No âmbito da gestão educacional interna ou externa às escolas, plataformas digitais podem permitir a implantação de uma cultura de governança, *compliance*, transparência, inclusão da comunidade nos processos decisórios e efetivação da gestão democrática.

¹ Disponível

em:<http://govtechbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/11/GovTechBrasil_Relatorio-Completo-2018.pdf
> Acesso: 06/08/2019

Consoante, o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Nacional nº 13.005/2014) estabeleceu como meta

incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem. (Meta 7, Estratégia 7.12)

O mesmo se verifica no Plano Distrital de Educação - PDE (Lei Distrital nº 5.499/2015), em sua Meta 7, o desafio de

criar programa para desenvolvimento, seleção, certificação e divulgação de tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e educativos abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nas unidades escolares em que forem aplicadas. (Meta 7, Estratégia 7.1)

No âmbito da educação superior, a Meta 12 do PDE visa ampliar o atendimento, de forma prioritária, nas localidades do DF e nos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE com menor acesso à educação superior.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP a rede privada de ensino superior no DF tem um total de 78,5% das matrículas na graduação enquanto o Sindicato das Entidade Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP levantou um total de 83% das matrículas na rede privada.

Temos por objetivo reduzir esse índice entregando a população do DF um processo educacional inovador voltado para aperfeiçoamento cultural e profissional da comunidade e servidores do Distrito Federal e da RIDE.

Para a universidade e suas escolas, será preciso adotar medidas cujas ações assegurem a infraestrutura necessária ao seu pleno funcionamento no tocante aos aspectos relacionados a projetos, obras, equipamentos, tecnologias e recursos humanos, com o objetivo de transformar em realidade, na lógica do princípio da eficiência, a história demanda da sociedade de usufruir da oferta de vagas de cursos de graduação oriundas da Universidade Distrital Pública. Assim será implantado e solidificado o ensino superior como um bem público, uma universidade como um bem público e de qualidade.

Vale destacar que é uma diretriz da FUNAB, conforme o art. 4º, inciso IV, da Lei nº 5.141/2013, o fomento à utilização de metodologias de ensino problematizadoras, respeitadas

as referências curriculares para cada área profissional. O uso das metodologias ativas, mais especificamente, a Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP, a valorização da pesquisa, desenvolvimento e aplicabilidade de novas tecnologias, e a interface com o mundo do trabalho, são parte do modelo singular que se pretende implementar.

Nesse sentido, a FAPDF, diante da sua missão institucional de estimular, apoiar e promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal, em conjunto com a SEEDF e a FUNAB, torna público o presente edital para selecionar propostas de parceria com organizações da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, com vistas à elaboração e desenvolvimento de projetos voltados para educação inovadora, sendo:

- I. Até 10 (dez) projetos de cocriação de protótipos de escola inovadora a serem implementados de forma piloto no escopo da parceria;
- II. 1 (um) projeto de pesquisa para estruturação de uma universidade distrital, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do DF e RIDE.

Serão portanto duas linhas distintas de projetos que serão avaliados de forma independente, nos termos detalhados nos subitens 4.1 e 4.2 a seguir.

4.1 SOBRE OS PROJETOS DE COCRIAÇÃO DE PROTÓTIPOS DE ESCOLA INOVADORA A SEREM IMPLEMENTADOS DE FORMA PILOTO NO ESCOPO DA PARCERIA

A despeito da importância das novas tecnologias no cenário educacional, inovar em educação se estende para além da existência, do domínio e do uso de recursos tecnológicos como dispositivos eletrônicos, internet e aplicativos; requer que os envolvidos nos processos pedagógicos disponham de formas diferenciadas de ver e agir sobre as necessidades educacionais, derivadas de um processo de *conhecer o conhecer* (Maturana, 1995, p. 204), pois, tais recursos podem representar uma simples substituição de papel, lousa e explicações, caso os professores não tenham uma perspectiva diferenciada das funções sociais da educação formal, do tipo de homem e de sociedade temos e teremos, e do como se dá a aprendizagem.

Além disso, é importante lembrar que a educação formal não depende, exclusivamente, de processos pedagógicos executados por professores e estudantes em aulas, mas, há todo um aparato de caráter gerencial e operacional que sustenta essas atividades de aprendizagem, e que ambas instâncias são produtoras e produto da qualidade das relações humanas e do clima organizacional das escolas.

É essencial que as pessoas envolvidas no processo da educação formal, atuantes nas distintas dimensões que compõem uma escola, tenham conhecimentos, saberes e culturas que, associados à estrutura física, às ferramentas tecnológicas, propiciem a inovação dos processos pedagógicos e gerenciais e das relações humanas, viabilizando as transformações desejadas, de maneira sustentável, em favor do bem-estar individual e coletivo e a

concretização da humanização como vocação essencial das escolas, de onde nascem projetos pedagógicos específicos associados às características de cada comunidade escolar.

Nesse sentido, este Edital traz um conceito “macro” de educação inovadora, como aquela que, incluindo o uso de novas tecnologias, sem desprezar as tecnologias tradicionais, rompe paradigmas e práticas pedagógicas e gerenciais da educação vigente, instaurando novos modelos, adequados aos estudantes e à sociedade em que estão inseridos, tendo por propósito maior o bem-viver.

Em revisão das escolas que compõem o Mapa da Inovação e Criatividade na Educação Básica, desenvolvido pelo Ministério da Educação², verifica-se que, de maneira geral, as escolas inovadoras apresentam organização e gestão pedagógica e administrativa horizontalizadas e se constituem enquanto espaços flexíveis, inteligentes, acolhedores, multiculturais, equânimes e eficazes, seja do ponto de vista da infraestrutura predial e das ferramentas de trabalho, seja dos processos, das práticas, ambos focados no desenvolvimento de aprendizagens relevantes para conhecer, fazer, conviver e ser. (DELLORS, 1998)³.

Nessas escolas, professores transcendem sua atuação como mediadores do conhecimento para serem líderes inspiradores e a serviço de novas aprendizagens, de diferentes formas de aprender e de posturas autênticas perante os desafios da vida. Gestores da educação são lideranças que encampam e articulam as mudanças, e disponibilizam o apoio necessário à sua governança. Outros atores como pais e responsáveis pelos estudantes, ou profissionais e instituições atuam como colaboradores no âmbito do território educador. Estudantes são investigadores capazes, propositivos e responsáveis pelos seus estudos, e são vistos como líderes do futuro. (BRASIL, 2018, p. 40).

As escolas devem, também, refletir sobre peculiaridades dos processos em que se inserem com os demais atores e agir de maneira mais consistente na construção e sustentação de projetos pedagógicos à altura dos desafios de nosso tempo. Assim, é importante desenvolver processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática (Brasil. MEC, 2015).

Ainda em relação ao processo de avaliação e monitoramento, deve-se incluir um leque mais amplo de indicadores de qualidade, promover e viabilizar iniciativas de avaliação institucional participativa e fortalecer o caráter diagnóstico, pedagógico e formativo da avaliação. Nesse sentido, é fundamental desenvolver metodologias e espaços no âmbito das

² Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php> Acesso: 05/08/2019.

³ DELORS, Jacques (Org.). Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998, p. 89)

escolas para que não apenas se apropriem dos resultados das avaliações externas, mas, sobretudo, desencadeiam processos que garantam a autoavaliação participativa.

A construção de processos de autoavaliação requer articulação com o projeto político-pedagógico da escola, com a avaliação externa e com as instâncias da gestão escolar, buscando avançar em análises e ações que propiciem o alcance de educação inclusiva e equitativa de qualidade. É importante ressaltar, ainda, que os instrumentos de autoavaliação da escola, quando analisados em rede, podem contribuir para pensar a política educacional em outras instâncias de gestão. Assim, observa-se a importância do desenvolvimento de instrumentos cujo objetivo é o uso da autoavaliação institucional como meio de mobilizar profissionais da educação, estudantes, familiares e comunidade para a melhoria da qualidade da educação.

Além disso, a utilização de referenciais avaliativos globais, tais como o PISA (OCDE) e do ERCE (UNESCO), incluindo as chamadas competências socioemocionais, são relevantes no atual contexto em que a sociedade precisa desenvolver novas metodologias para avançar com equidade para a construção de uma nova sociedade sustentável que permita a garantia de direitos.

Dessa maneira, considera-se que a “arquitetura” da educação inovadora nas escolas é constituída de elementos interdependentes, que, em conjunto e articuladamente, podem proporcionar mais aprendizagens, aprendizagens que fazem sentido e possuem relevância para os cenários e perspectivas de vida dos estudantes, autonomia e autoconfiança, inteligência social e competência cultural devolvendo poder e liberdade às pessoas (BRASIL, 2018)⁴, sendo desses componentes, os principais para efeitos deste edital:

- a) **proposta pedagógica** embasada em currículo e metodologias que, pautados nas realidades dos estudantes e suas necessidades, promovam o domínio aprofundado de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades atualizados, necessários à promoção de aprendizagens significativas do ponto individual e coletivo, geradores de autoconhecimento, de competência para conviver em alteridade e confiança, de sentido, prazer e autonomia durante os estudos, de capacidade para continuar a aprender ao longo da vida, de competência para aplicação e recriação dos conhecimentos científicos em benefício de todos, e ainda, dotada de *avaliações* efetivamente formativas (incluindo a autoavaliação e o erro como recurso de autocorreção e aprendizagem), realizadas no processo de aprendizagem e que tenham entre os objetos de avaliação, os processos de ensino;
- b) **estratégias de facilitação de diálogos** propiciadoras de que os constantes diálogos realizados nas escolas contem com presença, fala intencional e escuta empática, tornando

⁴ Agenda Digital e Registro Narrativo GovTech 2018. Disponível em: http://govtechbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/11/GovTechBrasil_Relatorio-Completo-2018.pdf
Acesso: 30/07/2019

mais eficientes a tomada de decisões, a solução de conflitos, permitindo ainda, a antecipação de cenários futuros, em processos imbuídos de efetiva confiança, participação, justiça e equilíbrio emocional;

- c) **comunidade escolar engajada** efetivamente participante na consecução dos objetivos e na execução dos processos educacionais, envolvida em distintos aspectos da vida escolar, tais como:
- i) no acompanhamento e apoio às atividades educacionais, sejam as da rotina de estudos, sejam as de lazer e convivência;
 - ii) na constituição da identidade, dos princípios, valores e compromissos institucionais da escola;
 - iii) na tomada de decisões, no âmbito de segmentos oficialmente instituídos (p. ex.: os Conselhos Escolares),
 - iv) na prestação de serviços voluntários com vistas à manutenção do patrimônio.
- d) **modelo gerencial efetivo e inovador** aplicado aos distintos âmbitos da gestão educacional (interna e externa às escolas), com foco na institucionalização de uma cultura de celeridade, transparência, confiança, governança, *compliance*, na consolidação do modelo de gestão democrática, na conexão da escola com as necessidades de todos os envolvidos, pautado em concepções holísticas e sistêmicas das organizações, contando com conhecimentos, estratégias e recursos tecnológicos de automação;
- e) **infraestrutura predial, equipamentos e mobiliário inovadores** que traduzem a identidade e as necessidades da escola enquanto comunidade; que permitem salubridade, acessibilidade, resistência, conforto, funcionalidade, inteligência, flexibilidade de uso, beleza, conectividade, interatividade, aproveitamento de luz natural, reaproveitamento de água, alimentados por fontes alternativas de energia (entre outros itens de sustentabilidade ambiental, todos executados a partir, principalmente, do conceito de que qualquer elemento que compõe a infraestrutura escolar pode propiciar aprendizagens e evidenciar cuidado com aqueles que os utilizam; preparados para estudos individuais ou em grupos (de tamanhos variados), dotados de oficinas (espaços *makers*), bibliotecas, espaços de convivência, ambientes virtuais, espaços de esporte, de cultura, de lazer, de descanso e ócio; de espaços abertos, e, quando couber, de espaços de estudo por imersão;
- f) **implantação de recursos tecnológicos pedagógicos e gerenciais** sendo, no caso dos recursos pedagógicos, tanto os das novas tecnologias (p. ex.: os sistemas de ensino automatizados, os dispositivos eletrônicos, a tecnologia inteligente, a robótica, a internet das coisas, as plataformas colaborativas, entre outras possibilidades), quanto os das tecnologias tradicionais, como as utilizadas em manufaturas, nas artes e na culinária, e que permitem o resgate e a preservação das histórias e culturas das sociedades e

comunidades escolares, além de despertarem a curiosidade e a criatividade. No âmbito gerencial, recursos de automação, plataformas interativas, e bancos de dados *online*, por exemplo, são exemplos de recursos que podem permitir celeridade, transparência, confiança, governança e *compliance*;

- g) **times de profissionais alinhados e engajados** com a proposta pedagógica da escola em que atuam: pelo delineamento de perfis e pela oferta de formação e processos de engajamento para profissionais envolvidos no novo modelo educacional;
- h) **monitoramento e avaliação institucional** com articulação e diálogo entre escola, gestão, academia e sociedade civil organizada, produzindo informações sobre contexto, recursos, processos e resultados educacionais e, ao mesmo tempo, ampliando o próprio conceito de “resultados” para além das proficiências em testes padronizados. O modelo de monitoramento e avaliação institucional deve estar baseado em 5 diretrizes constitucionais: a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do aprendizado; a valorização dos profissionais da educação; a gestão democrática e a superação das desigualdades educacionais, de forma a contemplar e traduzir, no terreno da avaliação, as demandas da sociedade por educação inclusiva, equitativa e de qualidade, expressas no PNE⁵. Além disso, deve contemplar a perspectiva de avaliar as chamadas competências globais, incluindo as socioemocionais, bem como permitir a construção de referências com avaliações internacionais, tais como o PISA (OCDE) ou o ERCE (UNESCO).

Cumprido destacar que, a despeito dos modelos de escolas inovadoras serem dados como os que produzem os melhores resultados em termos educacionais, os riscos de incongruências ou retornos incertos, decorrentes de falhas, resistências e desistências tácitas, entre outros fatores, são inerentes à implementação de propostas inovadoras.

Dessa forma, os riscos envolvidos na implementação e a singularidade das escolas motivam a opção pela realização de pilotos de escolas inovadoras cocriadas pela OSC e profissionais da educação atuantes em cada escola a ser “reinventada”. Cada piloto deve ter documentadas as teorias, os processos, procedimentos e outros componentes da cocriação, possibilitando a aprendizagem do modelo de inteligência utilizado e sua replicação customizada, conforme a vocação de distintas escolas.

Assim, este edital propõe a elaboração e desenvolvimento de projetos de cocriação de escola inovadora no Distrito Federal, pautadas no uso de tecnologias, com a implantação de até 10 (dez) pilotos.

A partir da inteligência adquirida no processo de criação, planejamento, implantação e implementação dos pilotos, espera-se transformar, por meio da inovação e desenvolvimento

5

http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/sistema_nacional_de_avaliacao_da_educacao_basica_sinaeb_-_proposta_para_atender_ao_disposto_no_plano_nacional_de_educacao_1.pdf

tecnológico, o cenário na educação pública do Distrito Federal, melhorando a continuidade dos estudos com aprendizagens significativas, colaborativas, inovadoras, conectadas, com foco no bem-estar e sustentáveis, com consequente melhoria de qualidade de vida no ambiente escolar e transformação das realidades sociais, possibilitando:

- engajar alunos, professores e comunidade para a efetivação de uma educação inovadora;
- incentivar uma nova cultura nas escolas, voltada para a inovação, a invenção, o pensamento criativo e o protagonismo;
- preparar os docentes quanto à utilização de tecnologias;
- aumentar a capacidade dos docentes para inovar e produzir conhecimentos a partir das tecnologias;
- facilitar e renovar os processos de ensino e aprendizagem por meio de novas tecnologias;
- implantar conectividade dos sistemas de gestão educacional e facilitar o acesso ao conhecimento gerado nas escolas;
- promover valores como autonomia nas aprendizagens, autorresponsabilidade, zelo, pertencimento, versatilidade, suficiência, valorização e preservação de recursos naturais, boa estética, entre outros, a partir dos ambientes físicos escolares;
- favorecer práticas pedagógicas e aprendizagens colaborativas, horizontalizadas e ativas;
- desenvolver soluções, baseadas em inteligência artificial, automação e sistemas robotizados, para melhorar os processos educacionais;
- preparar os estudantes para as mudanças advindas das evoluções do mundo digital e as inovações tecnológicas presentes hoje e no futuro;
- aprimorar de forma eficiente (qualidade, quantidade e celeridade) a execução de tarefas, rotineiras ou não, essenciais ao bom desempenho organizacional.

Ao final da realização do projeto, espera-se como resultado a:

- elaboração, implementação, documentação e aprendizagem de metodologias de cocriação de escolas inovadoras;
- adaptação de espaços e equipagem dos pilotos com os recursos necessários à inovação da gestão pedagógica, gerencial, administrativa e das relações; e
- desenvolvimento e implantação de estratégias para a sustentabilidade do novo modelo de escola inovadora (*fade off*).

Os projetos devem ser realizados no prazo de até 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado a critério da FAPDF, conforme tabela abaixo:

ATIVIDADE	PRAZO
(Re)Conhecimento das realidades e cocriação	Até 4 meses
Adaptações de infraestrutura e equipagem	Até 6 meses

Implantação e implementação do projeto piloto	Até 12 meses
Operação assistida para sustentabilidade do piloto (<i>fade off</i>)	6 meses a partir do 12º mês de execução.

4.2 SOBRE O PROJETO DE PESQUISA DE UMA UNIVERSIDADE DISTRITAL

A presente demanda tem como objetivo central a realização de um projeto inovador com vistas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do DF por meio da estruturação de uma universidade distrital. Um conjunto de ações devem ser realizadas para possibilitar o entendimento abrangente que envolve o ensino superior do futuro, com vistas à modelagem de uma universidade distrital. Estão previstas as seguintes atividades:

1) ESTUDOS DE VIABILIDADE DE UMA UNIVERSIDADE DISTRITAL, INCLUINDO:

- Estudos técnicos sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital;
- Pesquisa sobre a oferta de educação superior – pública e privada – no DF e RIDE, identificando, especialmente, cursos voltados para o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou de inovação;
- Pesquisa sobre a demanda por educação superior no DF e RIDE, caracterizando o perfil dos estudantes e do mercado de trabalho; e
- Panorama da educação superior no DF, apontando seus desafios e perspectivas para o futuro.

2) PESQUISA COM BENCHMARKING INTERNACIONAL E NACIONAL DE MODELOS INOVADORES DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, INCLUINDO:

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Estatuto e Regimento Interno;
- Política de avaliação institucional e do desempenho, de cursos, de egressos, de docentes, tutores, preceptores e coordenadores; e
- Estrutura acadêmica.

A pesquisa deve considerar os seguintes critérios:

- atendimento à parcela da população de menor renda e/ou mais vulnerabilidade;
- integração com às demais instituições de ensino superior, de pós-graduação, de pesquisa, organizações e órgãos públicos e privados e mercado de trabalho; e
- adequação às demandas de ensino superior existentes no DF e RIDE.

3) PESQUISA DE METODOLOGIAS E/OU TECNOLOGIAS INOVADORAS DE ENSINO SUPERIOR, INCLUINDO:

- Proposição de planos pedagógicos e currículos dos cursos a serem oferecidos;

- Desenvolvimento de plataforma de ensino à distância (EAD);
- Elaboração de instrumentos de avaliação acadêmica; e
- Desenvolvimento de sistemas de informática para gestão acadêmica e biblioteca virtual.

Os projetos devem ser realizados no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da FAP-DF, conforme tabela abaixo:

ATIVIDADE	PRAZO
Estudos de viabilidade de uma universidade distrital	Até 8 meses
Pesquisa de modelos inovadores de gestão universitária	Até 18 meses
Pesquisa de metodologias e/ou tecnologias inovadoras de ensino superior	Até 24 meses